

# CGJ – Sistemas Eletrônicos de Monitoramento Extrajudicial – MEJ

---

Competência técnica: Legislação aplicada à área  
Conhecimentos relacionados: CNCJGJ- Parte Extrajudicial

## Objetivo Geral

Proporcionar ao participante o conhecimento e entendimento dos Sistemas Eletrônicos de Monitoramento Extrajudicial, capacitando-o para manipular as funções disponíveis.

## Objetivos Específicos

- Conhecer os sistemas eletrônicos de monitoramento da atividade extrajudicial, desenvolvidos pela CGJ;
- Conhecer os modelos de atos extrajudiciais eletrônicos e digitais;
- Utilizar as ferramentas para fiscalização de atos e práticas digitais;
- Conhecer tendências do sistema eletrônico de atos extrajudiciais;

## Metodologia e Recursos

- Aulas expositivas e recursos audiovisuais.

## Conteúdo Programático

- Conceitos básicos dos Sistemas Eletrônicos de Monitoramento Extrajudicial;
- Modelos de certidão eletrônica, de registro e de livros eletrônicos;
- Sistema de monitoramento para a fiscalização de atos e práticas digitais;
- Conceitos de Atos e livros Extrajudiciais Eletrônicos e Digitais;
- Apresentação de problemáticas atuais e vertentes do Apostilamento;
- Certidões Eletrônicas em geral e nos Distribuidores;
- Metodologia do Registro de Imóveis Eletrônicos – Sistema SREI;
- Metodologia do Protesto de Títulos e Documentos Eletrônicos;
- Metodologia do Registro Eletrônico de Títulos e Documentos;
- Metodologia do Registro Eletrônico de Pessoas Jurídicas – Sistema;
- Metodologia dos Atos Notariais Eletrônicos: escrituras e procurações;
- Metodologia dos Documentos Eletrônicos em Interdições e Tutelas;
- Possibilidades dos Documentos Eletrônicos no Registro Civil de Pessoas Naturais;
- Exposição do método de monitoramento e fiscalização através de sistemas eletrônicos;
- Metas e objetivos potenciais das novas ferramentas de monitoramento e fiscalização.

## Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

## Bibliografia

- BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 20 de julho de 2017.
- RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Provimento nº 12**, de 03 de fevereiro de 2009. Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça - Parte Extrajudicial. Disponível em: <<http://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1415195/cncgj-extrajudicial-05.pdf?=&open=20>>. Acesso em: 20 de julho de 2017.
- RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Manuais de Sistemas Informatizados**. Disponível em: <<http://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/intrav2/manuais/manuais/manuais-e-videos-internos>>. Acesso em: 20 de julho de 2017.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 46**, de 16 de junho de 2015. Revoga o Provimento 38 de 25/07/2014 e dispõe sobre a Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2966>>. Acesso em: 20 de julho de 2017.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 47**, de 18 de junho de 2015. Estabelece diretrizes gerais para o sistema de registro eletrônico de imóveis. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2967>>. Acesso em: 20 de julho de 2017.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento nº 48**, de 16 de março de 2016. Estabelece diretrizes gerais para o sistema de registro eletrônico de imóveis. Disponível em <[http://www.cnj.jus.br/files/atos\\_administrativos/provimento-n48-16-03-2016-corregedoria.pdf](http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/provimento-n48-16-03-2016-corregedoria.pdf)>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

## Carga horária

12 horas

Atualização: 21/07/2017	Revisão: 03
-------------------------	-------------